

Mister 'M' e a economia^{Brasil}

O GLOBO

27 ABR 1999

GILBERTO S. G. JOB

John Kenneth Galbraith, com sua verve habitual, aconselha todo cidadão precavido que procure aprender economia, pelo menos o suficiente para não se deixar enganar pelos economistas. No Brasil, a nossa atração pelo esotérico tem-nos feito presa fácil de todas as experimentações esdrúxulas boladas por esses modistas das contas públicas. O processo de convencimento utilizado para arregimentar seguidores através da mídia é o que Delfim Netto chama de "lógica dialética", comumente conhecida como "embromação".

Vamos seguir a sugestão de Galbraith e procurar informar a razão pela qual os vários planos econômicos editados no Brasil desde 1986 não tiveram sucesso. Para início de conversa, é necessário compreender que a política econômica de um país tem por objetivo a busca do crescimento econômico sem inflação e com a menor taxa possível de desemprego. Podemos compará-la a uma mesa triangular, apoiada em três pernas, conhecidas como: 1. política monetária, que trata, entre outras coisas, da taxa de juros instituída pelo Banco Central com a finalidade de regular a circulação de moeda, e de acompanhar o comportamento do câmbio, com vista ao comércio exterior; 2. política fiscal, que tem por objetivo monitorar os gastos do Governo de tal forma que eles não ultrapassem a receita prevista no Orçamento da União; e 3. política de rendas, que busca o equilíbrio geral entre a produção e os salários, de modo a evitar que um aumento exagerado deste venha a provocar uma inflação de demanda. Os últimos planos econômicos, para os quais servimos de cobaia (Cruzado, Collor e Real), não atentaram para isto. Todos eles tentaram equilibrar a mesa num pé só, como foi o caso do Plano Real que se ocupou apenas com a moeda e o câmbio. Quiseram talvez levar longe demais a definição de

Schumpeter de que "o capitalismo é um sistema de destruição criativa". E o resultado foi o que se viu... um arraso!

Nossos economistas oficiais se inclinam mais para as artes da magia do que para as leis da economia. Os 15 minutos de fama que eles conseguem, a cada novo plano que inventam, podem significar 15 anos de atraso no desenvolvimento do país e vários bilhões de dólares de acréscimo na nossa dívida externa. *Last but not least*, a consequência dessas tentativas frustradas de subverter a Lei da Gravidade foi o prolongamento da "década perdida", iniciada nos anos 80, mas que para nós brasileiros vai cruzar o século. Embora, a partir da institucionalização da Nova República, tenha se tornado um hábito jogar a culpa de todas as nossas mazelas no regime militar, a verdade é que ao longo daqueles 20 anos o Brasil cresceu a uma taxa média de 4,7% ao ano, sendo que a média do período Médici foi de 11,9%. Da Nova República para cá, esta média caiu para 2,6%. E devemos encerrar o século com um crescimento negativo...

De tombo em tombo, acabamos no colo do FMI (Fundo Monetário Internacional), estrutura administrativa que, juntamente com o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, funcionam como órgãos reguladores dentro de um sistema capitalista internacional. Na prática, o FMI atua na função de um banco, cujos ativos pertencem aos países-membros — entre os quais se situa o Brasil — mas também como uma espécie de auditor a serviço dos credores que emprestam seus capitais aos países que dele necessitam. Por todos os motivos, não se pode esperar que o FMI atue como uma instituição filantrópica que procura resolver "de graça" os problemas ocasiona-

dos pela má gestão administrativa desses países.

O que na realidade o Fundo objetiva é submeter os países em bancarrota às suas regras, de tal forma que lhe fique assegurado o retorno do capital emprestado. Portanto, o FMI defende os interesses econômicos e financeiros dos credores, agindo da mesma forma que o faria um banco privado com um tomador duvidoso. É preciso desmitificar as lendas e os rótulos criados pela esquerda para exorcizar o FMI. É importante compreender que este organismo não obriga ninguém a aceitar o seu dinheiro, mas quem quiser recebê-lo terá que ser nas condições por ele estipuladas.

Parece que
ainda não foi
desta vez que
caímos no
abismo

Por que então países soberanos acabaram ficando sob a tutela do FMI? A resposta é uma só: porque estavam falidos. Isto deu a esta instituição o poder de obrigá-los a aceitar suas condições, o que os fez redirecionar suas políticas macroeconômicas de acordo com os interesses dos credores oficiais e comerciais. Estes interesses passam pela abertura dos mercados dos países "tomado-

res" à custa da substituição de um sistema produtivo organizado preexistente, resultando no fechamento ou na falência de pequenas e médias empresas; na redução da capacidade de consumo da população, de forma a gerar excedentes de produção que ajudem no pagamento das dívidas; na remoção das barreiras para o movimento do dinheiro, permitindo que os especuladores internacionais se aproveitem da fragilidade econômica das empresas locais para adquirir seu controle. O conjunto dessas "condicionalidades" é denominado Programa de Ajuste Estrutural (PAE).

Na grande maioria dos países onde essas "condicionalidades" foram instituí-

das, o resultado foi o surgimento da depressão econômica traduzida por uma forte diminuição do crescimento econômico, queda do poder aquisitivo da população, desemprego generalizado e falência dos serviços públicos.

Daí por que alguns estudiosos do problema, como o professor Michel Chossudovsky, da Universidade de Ottawa, vejam como consequência desses PAEs não a distribuição da riqueza, mas sim a globalização da pobreza.

Para que não se pense que foi só o Brasil que caiu nessa armadilha é bom saber que a dívida externa total dos países em desenvolvimento já alcançava em 1996 mais de US\$ 2 trilhões o que, por incrível que pareça, os tornou exportadores de capital para os países ricos.

Entre os muitos países que hoje se debatem para sair do atoleiro podemos citar aqueles situados no Sudeste da Ásia, Leste Europeu e na América Latina.

É preciso reconhecer contudo que o que levou nossos países a se submeterem às imposições dos credores foi a má gestão da coisa pública, onde a burocracia paralisante só se movimenta com alguma agilidade quando azeitada pela corrupção.

Culpa do FMI ou falha nossa?

Apesar de tudo, parece que ainda não foi desta vez que caímos no abismo. O Brasil é muito maior do que ele. A nossa fantástica potencialidade, aliada a um empresariado competente e a um povo lutador, nos tem feito ultrapassar todas as crises a que os economistas nos conduziram. Vamos repetir o que disse o deputado Delfim Netto, referindo-se ao clima de pânico que tomou conta do mercado quando o Plano Cruzado desandou e o Brasil teve que declarar a moratória de sua dívida externa: "Em virtude da crise atual, o fim do mundo fica transferido para uma melhor oportunidade."

GILBERTO SOUZA GOMES JOB é diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro.